



A COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Maria Ester Mena Barreto Camino
Consultora Legislativa da Área XVIII
Direito Internacional Público e Relações Internacionais

ESTUDO

OUTUBRO/2013



Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF



SUMÁRIO

1. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: FORMAÇÃO E ESTRUTURA	3
1.1. Considerações gerais	3
1.2. Estrutura.....	4
1.3. A influência da CPLP	6
1.3.1. Geopolítica e a CPLP na Ásia	6
1.3.1.1. Timor-Leste	7
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS REFERENTES À LUSOFONIA	11
2.1. Pinceladas históricas.....	11
2.2. O domínio da língua portuguesa no mundo contemporâneo	12
2.3. Regiões da Ásia com influência lusófona que não fazem parte da CPLP	14
2.3.1. Macau	14
2.3.2. Goa	16
2.3.3. Malaca.....	19
2.3.4. Diu e Damão	21
3. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA LUSOFONIA NA ÁSIA.....	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26

© 2013 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Maria Ester Mena Barreto Camino

1. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: FORMAÇÃO E ESTRUTURA

1.1. Considerações gerais

O ponto de partida para a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aconteceu em novembro de 1989, quando foi decidida a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em São Luís do Maranhão, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), realizado a convite do então Presidente José Sarney. Esse instituto hoje faz parte integrante da CPLP, nos termos do capítulo III, artigos 9 e 10 do seu estatuto, estando incumbido, no âmbito da organização, da *“planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa, como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.”*¹

Para Amorim (2011, p.485-486), os primórdios da CPLP estão no governo do Presidente Sarney, mas a ideia de criação da CPLP surgiu no governo Itamar Franco, promovida pelo embaixador José Aparecido de Oliveira, conquanto, formalmente, só se tenha concretizado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.²

A CPLP foi estabelecida em julho de 1996, na I Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa (*Cimeira Constitutiva*).

Fazem parte da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), os seguintes Estados: nas Américas, o Brasil; na África, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe; na Ásia, o Timor-Leste (que se integrou à comunidade logo após a sua independência em 2002) e, na Europa, Portugal.

¹ Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf Acesso em: 21 out. 13

² AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. Rio de Janeiro: Benvirá, 2011.



Para o Ministério das Relações Exteriores, a CPLP “...constitui foro privilegiado para o aprofundamento das relações entre seus Membros, que se beneficiam de laços históricos, étnicos e culturais comuns. Baseada no princípio da solidariedade, a Comunidade concentra suas ações em três objetivos gerais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios; e a promoção e difusão da língua portuguesa”.

No âmbito da concertação política, “...destacam-se a coordenação de posições nos foros multilaterais, bem como a cooperação na área eleitoral, inclusive por meio de missões conjuntas de observadores nas eleições dos Estados membros”. Sublinha o Itamaraty que os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste são, atualmente, “...os principais recipiendários da cooperação prestada pelo Brasil, a qual tem priorizado a capacitação nas áreas de formação profissional, segurança alimentar, agricultura, saúde e fortalecimento institucional, entre outras”.³

1.2. Estrutura

A CPLP compõe-se de um Secretariado Executivo e de três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e Governo (com reuniões bianuais); o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões anuais); e o Comitê de Concertação Permanente (CCP, com reuniões mensais).

É regra estatutária da instituição que todas as decisões devem ser tomadas por consenso dos Estados membros presentes às reuniões (Artigo 23º, §1).

A representação brasileira junto à CPLP acontece por meio de uma Delegação permanente, criada junto à sede da organização, em Lisboa, em 2006.

Qualquer Estado, desde que utilize o português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos seus Estatutos, nos termos do Artigo 6º. Em contrapartida, do ponto de vista institucional da CPLP, a admissão à CPLP de um novo Estado poderá ocorrer desde que haja decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, passando a decisão a ter efeito imediato (art.6º, §2º).

As outras possibilidades de participação de Estados ou entidades nessa organização ocorrem, nos termos do art. 8º dos seus Estatutos, por meio das categorias de *Observador Associado* e *Observador Consultivo*. Todavia, ao prever essas hipóteses, os dispositivos estatutários também preveem a possibilidade de reuniões serem realizadas sem esses observadores, se assim tiver sido deliberado, após ter sido requerido por algum dos Estados Partes participantes.

³ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp> Acesso em: 21 out. 13

A primeira hipótese de participação externa, na categoria de **observador associado**, poderá ser atribuída a Estados, ou a organizações internacionais, universais ou regionais, assim como a organismos intergovernamentais e entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos, que partilhem dos princípios orientadores da Comunidade, especialmente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governança e ao respeito dos Direitos Humanos, buscando, através das suas políticas e dos seus programas, objetivos idênticos aos da CPLP.

A categoria de **observador consultivo**, de outro lado, poderá ser atribuída, também nos termos e ritos previstos no Artigo 8º, a organizações de caráter público ou privado que gozem de autonomia e que comunguem dos princípios orientadores da organização, através do respetivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da CPLP.

Segundo informa o Itamaraty, têm, atualmente, *status* de observadores associados junto à CPLP, o Senegal (onde francês é o idioma oficial), a Guiné Equatorial (que, além do espanhol e francês, recentemente declarou o português como língua oficial), e as Ilhas Maurício (onde o idioma oficial é o inglês, mas onde o crioulo é idioma corrente), enquanto mais de cinquenta organizações da sociedade civil participam da instituição na condição de observadores consultivos.

A Guiné Equatorial, para Amorim⁴, único país de fala espanhola da África subsaariana, “...fica um pouco órfã diante dos outros grupos que se formaram – a maioria de colonização francesa ou inglesa – e tendeu a se aproximar da CPLP”. Segundo o autor, em relação à possibilidade de participação da Guiné Equatorial na CPLP:

Houve resistências variadas, inclusive de certos setores em Portugal, que agora estão começando a desaparecer, mas ainda precisam ser superados. O princípio já foi aceito. Uma das exigências que se fazia era justamente que se adotasse o português como língua oficial- e já foi feito.

É um país com um horizonte, do ponto de vista econômico, bastante interessante. Do ponto de vista político, há muita coisa que gostaríamos que acontecesse de forma diferente. Mas é pela interação que se tem mais influência, e não pelo isolamento. O isolamento leva a uma psicologia da autojustificação. Então, somos totalmente a favor da entrada da Guiné Equatorial na CPLP.

Essa formalização da Guiné Equatorial, todavia, ainda não aconteceu – e as resistências estão, ao que tudo indica, à situação social do país, em face da forma e regime de governo lá existentes. A perspectiva, entretanto, é que essa participação venha a ocorrer à medida em que evoluam o seu sistema político e a inclusão social no país.

⁴ Op. cit., p. 490.

Novamente, nesse aspecto de aprimoramento das instituições, a lusofonia poderá desempenhar papel relevante.

1.3. A influência da CPLP

Para Palmeira⁵, da Universidade de Minho, Portugal, pode-se dizer, de uma forma pragmática, que a CPLP visa a “...maximizar as potencialidades dos Estados membros e minimizar as suas vulnerabilidades através da cooperação multilateral”. Em outras palavras, trata-se “...de procurar rendibilizar as sinergias que resultam do facto de cada um dos Oito integrar blocos regionais que, num contexto de mundialização (designadamente do comércio), tendem a relacionar-se entre si (especialmente no âmbito da Organização Mundial do Comércio)”.

Pensa esse autor que, “pela diversidade regional dos seus membros, a CPLP pode constituir uma mais valia num sistema internacional cada vez mais global” e assinala, da seguinte forma, a importância dos países membros da CPLP em seus respectivos blocos regionais:

“O Brasil é o Estado mais influente do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Portugal é um dos 27 Estados que integram a União Europeia (bloco que constitui a maior potência comercial do mundo), com a particularidade de o actual presidente da Comissão Europeia ser de nacionalidade portuguesa (José Manuel Durão Barroso). Angola e Moçambique fazem parte da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) – onde pontifica a África do Sul –, enquanto que Cabo Verde e a Guiné-Bissau estão na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e São Tomé e Príncipe na Comunidade dos Estados da África Central (de que Angola faz igualmente parte). Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa são também membros da União Africana.”

O critério regional, para Palmeira, “...é muitas vezes seguido na distribuição de lugares nas organizações internacionais que compõem o sistema das Nações Unidas. O mesmo acontece com os grandes espaços linguístico-políticos que, tal como a Commonwealth e a OIF, procuram que os seus membros tenham representatividade nas cúpulas desses organismos.”

1.3.1. Geopolítica e a CPLP na Ásia

Analisando o papel geopolítico da CPLP, com foco na questão asiática dos países lusófonos, Palmeira destaca a questão da independência timorense e lembra que, se, no âmbito da CPLP, as questões internacionais nem sempre foram objeto de consenso entre os países-membros, o apoio à causa do Timor-Leste mereceu unanimidade,

⁵ PALMEIRA, José. *O potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP*. Acesso em 21 out. 13. Disponível em: http://www.tlstudies.org/pdfs/chp_07.pdf

⁶ Id, ibidem.

razão pela qual o país foi recebido de braços abertos no âmbito da organização, logo a seguir a sua independência, ocorrida em 2002.

Nesta parte deste trabalho, abordam-se aspectos da presença do Timor-Leste na região. As demais regiões lusófonas da Ásia, não pertencentes à CPLP, serão abordadas no item referente à lusofonia na Ásia.

1.3.1.1. Timor-Leste

Deve-se lembrar, em relação ao Timor-Leste, que esse Estado se situa em um dos quatro corredores marítimos mais utilizados na ligação entre os oceanos Índico e Pacífico, o que torna relevante a importância geoestratégica dos seus espaços terrestre, marítimo e aéreo, tanto sob o prisma econômico, quanto de defesa, o que não deixa de ser uma explicação para as sucessivas intervenções estrangeiras que sofreu.

Há pouco conhecimento relativo ao Timor Leste, antes do século XIV. Para Cheong⁷, as informações existentes baseiam-se em dados arqueológicos de pesquisadores como Antonio de Almeida e Antonio Alberto Banha de Andrade. Segundo o autor, a história do Timor começou com três ondas de migração que formataram a região da Australásia em geral: os vedo-australóides, que chegaram do norte e do oeste por volta de 40.000 a 20.000 a.C.; a segunda onda, composta por melanésios, por volta de 3.000 a.C., época em que, presumivelmente, os habitantes originais da região se refugiaram nas regiões montanhosas do interior da ilha; a terceira onda, composta de proto-malásios, chegou ao Timor procedente do sul da China e do norte da Indochina, por volta de 2.500 a.C. Em face da importância do comércio de sândalo como mercadoria na história do Timor (assim como *de escravos, mel e parafina*), a ilha é mencionada em documentos chineses e javaneses do século XIV. Os exploradores europeus, a seu turno, segundo a mesma fonte, mencionam um número de pequenos reinos ou comunidades locais governados por reis ou chefes.

Os comerciantes portugueses, a seu turno, chegaram ao Timor por volta de 1515, com o objetivo de tirar proveito do lucrativo comércio de sândalo existente na área, segundo Cheong: os líderes timorenses da costa permutavam a madeira com os portugueses por bens tais como armas, tecido e ferramentas de ferro. Em 1556, frades dominicanos estabeleceram-se no vilarejo de Lifau. Pouco depois, os descendentes de marinheiros portugueses, soldados, comerciantes e mulheres das ilhas vizinhas estabeleceram-se no Timor. O território do Timor foi oficialmente proclamado uma colônia portuguesa em 1702, sob a denominação de Timor Português. Após incursões

⁷ CHEONG, Purun. Goa and East Timor: a comparison of the history of two Portuguese colonies. Disponível em: <http://www.zum.de/whkmla/sp/0607/purun/purun.html> Acesso em: 20 out.2013 Minha a tradução.

holandesas na região e respectivos conflitos, a ilha foi dividida em Timor Oeste (holandês) e Timor Leste (português).

No entender de Wallace⁸ o governo português no Timor foi o mais miserável possível: *“Ninguém parece se importar o mínimo em relação a melhorias no país. E, neste momento, depois de 300 anos de ocupação, não existe uma milha de estrada além da capital (Dili) e não há uma única residência europeia no interior”*. Para Cheong, a influência portuguesa maior fez-se sentir através do trabalho missionário, feito pela Igreja Católica, que se dedicou à educação, tendo construído 20 escolas por volta de 1900.

Diferentemente dos representantes oficiais, a igreja frequentemente apoiava movimentos de resistência, tendo dado suporte a levantes em 1719, 1895 e 1910. Ainda assim, para Dunn⁹, *“ao anoitecer da II Guerra, a capital, Dili, não tinha eletricidade e nenhuma cidade tinha abastecimento de água: não havia estradas pavimentadas, serviços telefônicos (a não ser na casa e nos escritórios dos governantes) e tampouco um cais para o desembarque de cargas”*.

No período 1942-1945 a ilha foi ocupada pela forças japonesas. Segundo Turner¹⁰, esse foi *um tempo escuro* para o Timor, pois os invasores impuseram aos timorenses *“...trabalhos forçados e numerosas brutalidades: as tropas japonesas forçaram os chefes locais a mobilizar timorenses em massa para a construção de estradas, sem receber comida ou compensação; todos os dias pessoas morriam de fome e inaninação; a comida dos habitantes locais era confiscada pelas tropas japonesas para alimentar soldados e cavalos e algumas das tropas tinham a prática de violentar as mulheres timorenses”*.

Após a guerra, a região rapidamente voltou ao domínio português. Lembra Cheong (op. cit) que, então, se Iniciaram as transmissões de rádio na ilha, tanto em português, quanto em tétum e chinês; um jornal governamental começou a circular a partir de 1960, mas a sua edição era frequentemente objeto de censura.

As ideias nacionalistas surgiram, fundamentalmente, a partir da igreja, muito embora a maior parte do clero fosse portuguesa: um jornal publicado pela igreja ensinava tétum aos leitores e servia como forum para ideias progressistas, sendo, todavia, fechado em 1973. Nessa época, entretanto, os nacionalistas timorenses já começavam a se reunir e, ao término do período português já havia uma elite timorense capacitada a conduzir o país ao estágio seguinte. O último governador português para o Timor foi nomeado em 18 de novembro de 1974, Mário Lemos Pires, que legalizou os

⁸ WALLACE, Alfred Russel. *The Malay Archipelago: the land of the orang-utan, and the bird of paradise*, p. 307). London: Macmillan, 1869, apud Cheong (op.cit.)

⁹ DUNN, James. *Timor: a people betrayed*, p. 18. Sidney: ABC Books, 1996.

¹⁰ TURNER, M. *Telling: East Timor, personal testimonies, 1942-1992*. Kensington, NSW, Australia: New South Wales University Press. 1992. Apud Chong, op. cit., p.3.

partidos políticos e levou representantes dos três principais para aconselhar a descolonização do Timor (Id, ibidem).

Em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia lançou sobre o Timor a *Operação Lótus*, uma invasão em larga escala, que começou com bombadeios ao redor de Díli e com ataque de paraquedistas. Segundo a descrição do então bispo de Díli, esses soldados aterrissavam matando “*todo e qualquer um que conseguiram encontrar; corpos se empilhavam nas ruas e tudo o que se podia ver era matança, matança, matança*”. A seguir, *entravam nas casas e igrejas, saqueando e carregando tudo o que encontravam para os seus navios, com destino a Java.*

Cheong reporta-se aos relatos dos refugiados timorenses: “*os soldados da ABRI se deleitavam em estuprar as mulheres timorenses, em frente a seus maridos ou pais, espancando ou matando cruelmente aqueles que se recusavam a entregar suas esposas ou filhas. Nos primeiros dois dias da invasão, 2000 pessoas foram massacradas. Até a metade de fevereiro de 1976, 60.000 timorenses (de uma população total de 600.000) tinham sido trucidados.*”

Depois da invasão, no país foi instalado um legislativo pro-forma, *que endossou a anexação do Timor à Indonésia* e, em julho de 1976, o Timor tornou-se o 27º estado daquele país.

Os relatos são de que as atrocidades verificadas durante a invasão persistiram em todo o período das décadas de ocupação indonésia. Conta-se que até mesmo a simples pronúncia de uma frase em português por uma criança poderia desencadear a barbárie sobre sua família inteira.

Ao final das décadas de invasão, segundo estimativas relatadas nesse estudo, aproximadamente 40% da população estava morta, embora haja outras fontes que estimem em 308.000 o número de timorenses trucidados, o que equivale a mais de 50% da população do país anterior à invasão.

Lembra Cheong, na mesma fonte, que Xanana Gusmão partiu para a reorganização de grupo de guerrilha de resistência no momento em que não havia mais possibilidade qualquer de se barrar as forças invasoras indonésias. A resistência timorense, todavia, não aconteceu apenas sob a forma de luta armada. A Frente de Libertação do Timor, Fretilin, lutou também para que a verdade sobre a barbárie a que o país estava submetido e seus esforços pela independência fossem conhecidos mundo afora, o que resultou na concessão do Prêmio Nobel da Paz ao diplomata-chefe, José Ramos Horta, e ao bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, em 1996.

Cumprasse assinalar, ainda, segundo o autor, que, durante a invasão, a igreja usou a sua relativa imunidade, infraestrutura e conexão com o exterior para documentar a situação e revelá-la ao mundo, assim como para proteger refugiados e se opor

ao regime indonésio. Na época, inclusive, muitos jovens timorenses tornaram-se padres com o objetivo de participar ativamente do movimento de resistência.

Para Aurélio Buarque de Hollanda, a definição de genocídio é: *crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças dum grupo para outro*¹¹. Que outra palavra utilizar para o que ocorreu no Timor?

A independência do Timor Leste, em 2002, ocorre em uma terra devastada e encontra uma população dizimada. Encetar o lento e sofrido processo de reconstrução, a busca sôfrega pelo resgate da história, da cultura, da identidade, o resgate das instituições é, na verdade, o processo heroico de um povo e denota o que de mais belo pode haver no humano, em contraposição à barbárie insana da prática genocida.

No concerto internacional, todavia, esse genocídio, tanto sob o aspecto de desnudar a verdade histórica, quanto de reparação, ainda pende de adequada apreciação e avaliação que, talvez, só o tempo possa trazer, uma vez que, nesse momento, a prioridade do país é suprir as mais básicas e elementares necessidades de uma das nações consideradas mais pobres entre aqueles que compõem a ONU, saqueada não apenas dos seus bens, mas de etnias, vidas humanas, história e cultura. Riquíssimo, todavia, em garra e bravura.

Paradoxalmente, para o Timor, a língua portuguesa – banida, durante três décadas – deixou de ser a língua do colonizador, para ser veículo de libertação. Nesse sentido, a CPLP deve ao Timor todo o apoio que consiga dar no reforço e reconstrução culturais e educacionais, na recomposição de suas tradições e identidade.

Essa tarefa hercúlea, sob o emaranhado de dificuldades que se lhe apresentam neste quadrante da história, vai lentamente acontecendo, denotando a tenacidade de um povo e a alegria interna da liberdade arduamente reconquistada. Passo-a-passo, o processo, ainda em sua tenra infância, avança.

Nesse sentido, salta em importância o apoio da CPLP. Independentemente da presença da ONU no Timor, há uma multiplicidade de ações que a CPLP tem a possibilidade de encetar com o concurso de agências da ONU, voltados para a região, haja vista o abrangente leque de convergência que pode haver entre projetos conjuntos da CPLP e a UNESCO, FAO, PNUD, PNUMA, OMS.

¹¹ In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 4ª Edição. Versão eletrônica.

Ressalte-se que um país que consiga se sobrepor ao que o Timor Leste teve a capacidade e competência de enfrentar, para recuperar heroica e estoicamente a sua identidade, está, sem dúvida, destinado a um lugar relevante no concerto internacional.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS REFERENTES À LUSOFONIA

2.1. Pinceladas históricas

*Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já onde for,
Senhora vá de si, soberba e altiva!”
Antônio Ferreira¹²*

Na lição de Bechara (2009)¹³, a língua portuguesa “*é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano, no início do séc. III a.C., particularmente no processo de romanização dos povos do eoste e noroeste (lusitanos e galaicos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes originários dessas regiões.*” O português, na sua feição originária galega, *surgirá entre os séculos IX-XII, mas seus primeiros documentos datados só aparecerão no século XIII.* Adiciona o autor que a expressão *língua portuguesa*, substituindo os antigos títulos, *romance (romanzo) ou linguagem*, “*só passa a correr durante os escritores da Casa de Avis, com D. João*”, tendo sido D. Dinis que oficializou o português como língua veicular dos documentos administrativos, substituindo o latim.

Entre os séculos XV e XVI Portugal, no ciclo das grandes navegações, ocupou posição proeminente “*...e a língua, ‘companheira do império’, se espraia pelas regiões incógnitas, indo até o fim do mundo, e, na voz do Poeta, ‘se mais mundo houvera, lá chegara’ (Os Lusíadas, VII, 14)*”¹⁴

Bechara, na mesma obra (p. 25), divide, em quatro períodos, a evolução da língua portuguesa¹⁵, incluindo, na primeira fase, o período galego-português:

“a) português-arcaico: século XIII, ao final do XIV”¹⁶

¹² Apud BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

¹³ Op.cit., p.23.

¹⁴ Id, ibidem, p. 24.

¹⁵ Celso Cunha e Lindley Cintra, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Rio de Janeiro: Lexicon, 2008) fazem subdivisão diversa, em cinco períodos. Optou-se, neste estudo, por aquela adotada por Bechara.

¹⁶ No primeiro período, além dos textos administrativos de leis, forais e ordenações, estão a poesia palaciana dos cancioneiros medievais, as Cantigas de Santa Maria, traduções de textos latinos, o Livro das Aves, o Fabulário de Esopo, a Demanda do Santo Graal, entre outros. (Id, ibidem)

b) *português arcaico-médio*: 1ª metade do século XV à 1ª metade do século XVI¹⁷

c) *português moderno*: 2ª metade do século XVI ao final do século XVII (podendo-se estender aos inícios do século XVIII)¹⁸

d) *português contemporâneo*: século XVIII aos nossos dias.¹⁹

2.2. O domínio da língua portuguesa no mundo contemporâneo

Para Celso Cunha, na “...área vastíssima e descontínua em que é falado, o português apresenta-se, como qualquer língua viva, internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário.” (2008, p.23)²⁰,

O português é o terceiro idioma mais falado no Ocidente e o sexto, do ponto de vista global: o idioma de Camões, Fernando Pessoa, Drummond, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo é a língua materna ou oficial de cerca de 280 milhões de falantes, o que equivale a 3,8 % da população mundial, em uma área de 10.500.000km², equivalente a, aproximadamente, 8% do mundo habitado. Para Paz, é a oitava língua mais falada do planeta e a terceira entre as línguas ocidentais, após o inglês e o castelhano ²¹. Já outras fontes colocam-no em sexto lugar²².

O português é a língua oficial de oito Estados “e o principal cimento da CPLP, organização que protagoniza uma geoestratégia lusófona no quadro de uma globalização de matriz anglo-saxónica”, segundo a análise de Paz.

¹⁷ Ao segundo período, entre outros, estão incluídos os Livros da Montaria, de D. João I, e sobre o ensino de bem cavalgar, de D. Duarte, as crônicas de Fernão Lopes, de Zurara, as Crônicas dos Frades Menores e de Rui Pina, entre outras.

¹⁸ Nesta época estão as obras históricas de João de Barros, Diogo do Couto, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis, Gaspar Correia; o Palmeirim da Inglaterra, de Francisco de Moraes, a Etiópia Oriental, de Frei João dos Santos, a obra literária de Sá de Miranda, o teatro clássico de Antônio dos Santos, mas, sobretudo, Luís de Camões, que libertou o português de arcaísmos e foi um artista consumado em seu tempo. No século XVII, a prosa artística é aperfeiçoada, com Frei Luís de Sousa, que faz uma transição entre dois momentos da língua. Surgem os Sermões, do Padre Antônio Vieira, assim como os Apólogos Dialogais de Francisco Manuel de Melo, a prosa religiosa. O século XVIII é o século das academias literárias, de todo um esforço de renovação da cultura e da instrução pública. A poesia refloresce, é a época de Tomás Antônio Gonzaga e dos poetas árcades brasileiros.

¹⁹ O português contemporâneo, “fixado no decorrer do século XVIII, chega ao século seguinte sob o influxo de novas ideias estéticas, mas sem sofrer mudanças no sistema gramatical que lhe garantam, neste sentido, nova feição e nova fase histórica”.

²⁰ CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo

²¹ RODRIGUES, José Paz. Percepção e influência de Tagore em Goa. Matéria veiculada no Portal Galego da Língua. Disponível em: <http://pglingua.org/opiniom/5436-percepcao-e-influencia-de-tagore-em-go> Acesso em: 23 out.2013. Para esse autor, o português é a oitava língua mais falada.

²² Ilustrativo, em face da difusão: Almanaque Abril 2013: Brasil . São Paulo: Abril, 2013. p. 565.

O Observatório da Língua Portuguesa (OLP) é uma associação tem como objetivos fundamentais *divulgar, promover e projetar o estatuto da Língua Portuguesa no Mundo, estabelecer parcerias e sinergias que contribuam para o seu reconhecimento como língua estratégica de comunicação internacional e contribuir para processos de decisão que, no âmbito da CPLP ou de cada um dos países que a integram, devam ser ponderados em prol da afirmação e difusão da Língua Portuguesa.*

Baseando-se em dados censitários de 2010, a OLP chegou a um total de pouco mais de 244 milhões falantes de português, nos 8 Estados em que é considerado língua oficial, grupo ao qual foi adicionada a Região Administrativa Especial de Macau, vinculada à China (em que também é considerado um dos idiomas oficiais).

Nessa estatística, não se incluiu a região da Índia em que ainda se fala algum português. Goa, próxima sede dos jogos de lusofonia, assim como Diu e Damão, fazem parte institucional da República da Índia, o primeiro é um estado indiano e Diu e Damão são um território.

A OLP construiu, a partir de dados desses Estados, uma tabela na qual individualiza os totais de falantes de português por país considerado. Reproduz-se essa tabela a seguir:

Falantes de português no mundo segundo o Observatório da Língua Portuguesa

País	Falantes de português (2010)	Percentual/total
Angola	13.857.000	70%
Brasil	197.946.000	100%;
Cabo Verde	987.000	87%
Guiné-Bissau	1.164.000	57%;
Moçambique	14.535.000	60%;
Portugal	15.476.000	100%
RAE Macau (China)	22.000	4%
São Tomé e Príncipe	160.000	91%
Timor-Leste	245.000	20%

Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues-literacia>

De outro lado, Palmeira (op. cit.) apresenta dados estatísticos um pouco diferentes, relativos ao percentual de falantes de português em relação à população do país, tanto para o Brasil (97%), quanto para Portugal (96%), que, ressalta, são os únicos países onde o número de falantes é semelhante ao de habitantes.

Para o Instituto Camões²³, com a evolução demográfica, apesar do declínio da língua em algumas regiões, o número de falantes do português no mundo provavelmente evolua para 286 milhões, em 2025, e para 336 milhões, em 2050.

Na Ásia, conquanto o português seja, também, língua oficial em Macau, paralelamente ao idioma chinês, verifica-se que o mandarim e o cantonês são idiomas consideravelmente mais falados, enquanto o inglês é a língua utilizada para assuntos oficiais e de negócios.

Há, ainda, vestígios do idioma português em outras comunidades asiáticas, como em Malaca (Malásia) e em Goa, que é um dos 25 estados da União Indiana, desde 1987. Nas fontes que consideram o português a sexta língua mais falada, estão incluídos, além dos países citados e regiões citadas, também o galego-português, falado na região da Galícia, no noroeste da Espanha.

2.3. Regiões da Ásia com influência lusófona que não fazem parte da CPLP

2.3.1. Macau

Macau é, desde 20 de dezembro de 1999, uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, após quatro séculos de soberania portuguesa.

Macau é uma pequena economia de mercado, extremamente aberta e liberal, com livre circulação de capitais, como resulta da sua longa história como porto franco. Nos termos do disposto no item 2 (5), da Declaração Conjunta, datada de 13 de abril de 1987, dos Governos da República Portuguesa e Popular da China sobre a questão de Macau, ao deixar o domínio português e passar a integrar a República Popular da China, “*A Região Administrativa Especial de Macau definirá, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegerá, em conformidade com a lei, o património cultural em Macau. Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau.*”

Aplica-se à região o sistema “*um país, dois sistemas*”, mantendo-se a unidade para relações exteriores e de defesa, nos termos do item 2 (2) da declaração conjunta: “*A Região Administrativa Especial de Macau ficará directamente subordinada ao Governo Popular Central da República Popular da China e gozará de um alto grau de autonomia, excepto nas relações externas e na defesa, que são da competência do Governo Popular Central. À Região Administrativa Especial de Macau*

²³ O Instituto Camões é vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, tendo a tarefa de promover a língua e a cultura portuguesas no mundo.

serão atribuídos poderes executivo, legislativo e judicial independente incluindo o de julgamento em última instância”.

Provavelmente, em face desse dispositivo, Macau não tenha ainda formalizado proposta de adesão sua à CPLP, por depender de decisão do governo central chinês, conquanto também tenha sido afirmado, na declaração conjunta sino-portuguesa de transferência de domínio, que:

2 (7) Com a denominação «Macau, China» a Região Administrativa Especial de Macau poderá manter e desenvolver, por si própria, relações económicas e culturais e nesse âmbito celebrar acordos com os países, regiões e organizações internacionais interessados. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau poderá emitir, por si próprio, documentos de viagem para entrada e saída de Macau.

Esse dispositivo fundamenta-se naquele que o antecede:

2(6)A Região Administrativa Especial de Macau poderá estabelecer relações económicas de benefício mútuo com Portugal e outros países. Serão devidamente tidos em consideração os interesses económicos de Portugal e de outros países em Macau. Os interesses dos habitantes de ascendência portuguesa em Macau serão protegidos em conformidade com a lei.²⁴

Poder-se-ia, assim, em tese, defender que Macau tem autonomia para propor a sua adesão à CPLP *sponte propria*, mas, por uma questão de política interna e de boa prática de convivência, caso seja efetivamente essa sua intenção, terá preferido fazê-lo somente após contar com a anuência do governo central chinês, que é quem detém personalidade internacional, pois sempre poderia haver algum tipo de divergência interpretativa entre os parágrafos 6 e 2 do item 2 da Declaração sino-lusitana que selou a transferência de Macau de Portugal para a China.

O fato, todavia, é que Macau ainda não tem assento na CPLP e não o tem por não ter provocado essa adesão, conquanto os integrantes da CPLP, sondados, tenham-se manifestado a favor, conforme ilustra a fala de Domingos Simões Pereira, secretário-geral da organização, em 2012: “*Todos os estados-membro da CPLP acolheriam Macau com muito agrado e isso seria considerado como uma adesão natural*”, conquanto, em sua opinião, essa iniciativa seja “*sempre dependente da vontade de Pequim*”²⁵.

²⁴ Reportagem “Todos os estados-membros da CPLP acolheriam Macau com muito agrado” Ponto Final, julho de 2012. Disponível em: <http://www.ponteiro.com.br/va.php?p5=50026> Acesso em: 22 out. 2013.

²⁵ Disponível em: <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2012/07/11/todos-os-estados-membros-da-cplp-acolheriam-macau-com-muito-agrado/> Acesso em: 23 out. 13

Conquanto uma Região Administrativa Especial, a liberdade de imprensa e acesso à informação tem sido questionadas recentemente. Joana Freitas²⁶, em matéria intitulada *Associação Novo Macau quer mais protecção à liberdade de imprensa e à liberdade de acesso à informação*, veiculada em 26 de outubro de 2013, relata:

Numa carta entregue ontem ao Gabinete de Comunicação Social (GCS), Jason Chao, presidente da associação, diz considerar demasiado vaga a ideia de que “o direito de acesso às fontes de informação cede no caso de factos e documentos serem considerados pelas entidades competentes segredos de Estado”, prevista no artigo 5.º do projecto em revisão da Lei de Imprensa. “É demasiado vago. Os segredos inacessíveis pelos jornalistas deveriam ser apenas os definidos pela lei como tal”, pode ler-se na carta. “Como tal, exigimos uma definição clara dos limites da informação cuja revelação é proibida por lei. Além disso, exigimos uma lei de Liberdade de Informação, no futuro, para garantir aos cidadãos liberdade para aceder a informação.

2.3.2. Goa

Já bastante diferente de Macau é o caso de Goa, que foi colônia portuguesa por 450 anos e se tornou um estado indiano, após a retomada do território, em 1961, pelas tropas do exército da Índia, que se tinha recém libertado do Império Britânico.

Goa está localizado entre Maharashtra, ao norte, e Karnataka, a leste e sul, na costa do Mar da Arábia, a cerca de 400 km a sul de Bombaim. É o menor dos estados indianos em território e o quarto menor em população, mas o estado mais rico em PIB per capita da Índia.

No contexto da descolonização, após os ingleses terem deixado a Índia, em 1947, o governo português, liderado por António de Oliveira Salazar, recusou-se a negociar com a Índia a sua retirada da região.

Por essa razão, de 18 para 19 de dezembro de 1961, uma força indiana de 40.000 soldados conquistou Goa, encontrando pouca resistência. O Conselho de Segurança das Nações Unidas chegou a analisar uma resolução que condenava a invasão, processo que foi vetado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A maioria das nações reconheceu a ação da Índia, mas Portugal apenas a reconheceu após a Revolução dos Cravos, em 1974.

Em matéria intitulada *Goa: O lento definir da língua portuguesa*²⁷, veiculada em abril de 2008, ao mesmo tempo em que se recorda que Goa, *outrora a Roma do*

²⁶ Disponível em: <http://hojemacau.com.mo/?p=61644> Acesso em: 28 out. 2013

²⁷ Disponível em: <http://movv.org/2008/04/02/goa-o-lento-definar-da-lingua-portuguesa/> Acesso em: 28 out.2013.

Oriente, é, ainda hoje, um dos derradeiros bastiões da língua portuguesa na Índia, lembra-se que a situação do português é aflitiva. Estima o autor que

*“...dentro de dez anos, todos os derradeiros falantes **originais** do português já poderão ter falecido já que ainda que a maioria das escolas sejam privadas, os professores de português (cadeira opcional) são pagos pelo Estado, mas apenas continuarão a leccionar se houver um número mínimo de 15 alunos, valor que não tem sido alcançado e logo, que teria suspenso as aulas, não fosse a Fundação Oriente a compensar a perda de alunos e a financiar as despesas de cada aula de português... E de facto, os jovens goeses não têm, retorno num investimento no português... As perspectivas de carreira locais são nulas, o apelo da emigração reduzido e os intercâmbios económicos entre a antiga colónia e Portugal são insuficientes para gerar qualquer massa crítica sendo a Caixa Geral de Depósitos a única empresa portuguesa presente...”*

A região é um polo turístico e considerada um próspero estado indiano. Para o visitante Sette Câmara²⁸, Goa é: *Um pequeno pedaço da Índia onde as ruas têm nomes em português e as famílias têm sobrenomes como Mascarenhas e Souza. Um lugar de praias de areia dourada e vilas bucólicas, tudo no estilo em que nós, brasileiros, estamos tão acostumados a ver em nosso litoral. Na opinião do autor, Goa lembra o Brasil e, de Portugal, “...herdou características próprias, como um modo de vida diferente do restante do país”.*

A Assembleia Legislativa de Goa aprovou recentemente uma resolução requerendo esse *status* especial, que não é demandado sob a forma de fundos adicionais, mas, nos termos do art. 371 da Constituição da Índia, como uma forma de estrutura estatal que capacite o estado a tomar medidas de proteção ao seu território, aos seus recursos naturais e ao meio ambiente, que tem sido, na opinião de Rajya Sabha MP Shantaram Naik²⁹, *alvo de máfias estrangeiras que chegam a regiões, como Goa, com toneladas de dinheiro, comprando imensas áreas de terra, com poder para adquirir vilas inteiras, e, assim, criar um caos económico e social, sem maiores preocupações com os valores ou a cultura local.*

Para o jornal Business Standard³⁰, de Nova Délhi, todavia, em notícia veiculada em 23 de outubro de 2013, o líder senior do partido NCP teria declarado que *“nenhum dos líderes de qualquer partido político sediado em Nova Delhí vai se amolar em dar status especial a*

²⁸ CÂMARA, Rafael Sette. *Goa: a Índia que já foi portuguesa*. Disponível em: <http://www.360meridianos.com/2012/02/goa-india-que-ja-foi-portuguesa.html> Acesso: 23 out. 13.

²⁹ *Central government opposes special status for Goa*. Acesso em: 23 out. 13 Disponível em: http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2013-08-31/goa/41641634_1_goa-assembly-special-status-article-371 Minha a tradução.

³⁰ *No political party interested in special status for Goa: NCP* Disponível em: http://www.business-standard.com/article/pti-stories/no-political-party-interested-in-special-status-for-go-ncp-113092300878_1.html Acesso em: 23 out. 13. Minha a tradução.

Goa”, conquanto todos e cada um dos partidos, no estado de Goa, pleiteiem esse status administrativo diferenciado para aquela região, o que, entretanto, não interessa nenhum pouco aos líderes centrais.

Goa sediará os próximos Jogos de Lusofonia, que serão disputados por 12 países. Marco Carvalho, em matéria intitulada “Jogos de Lusofonia sem bandeiras”, veiculada em 28 de outubro de 2013, divulga notícia que causou espanto aos participantes não indianos

Os adeptos dos doze países e territórios que vão disputar a terceira edição dos Jogos da Lusofonia não vão poder festejar nas bancadas com as bandeiras das respectivas representações. A pouco mais de dois meses e meio do pontapé de saída na competição, os organizadores do certame fizeram saber que as bandeiras nacionais – munidas ou não de um suporte – vão ser proibidas durante os Jogos.

A lista de objectos banidos pela organização inclui moedas, garrafas, produtos alimentares, capacetes, adereços munidos de laser, instrumentos musicais e acessórios electrónicos que possam interferir com os equipamentos que a comissão organizadora vai instalar nos recintos onde se vão disputar os vários torneios da competição. No total, as autoridades de Goa proibem terminantemente a entrada nas instalações desportivas que acolhem o certame de mais de quatro dezenas de objectos de natureza diversa, mas nenhum suscitou tanta perplexidade junto da comunicação social indiana como a prerrogativa de banir as bandeiras nacionais.

De acordo com o jornal Hindu Times, a comissão organizadora do Jogos da Lusofonia refugia-se nas condições locais e nas políticas desportivas próprias da região para justificar a proibição do mais relevante dos símbolos que representam os doze países e territórios que vão disputar o evento.³¹:

A medida de segurança, que causou estranheza, parece mais significar um medo potencial – afinal, bandeiras em estádios não precisam ter mastros e podem estar impressas no vestuário de quem vai assistir os jogos.

De outro lado, há, em Goa, o pleito por autonomia de gestão mencionado, com o objetivo de regulamentar a defesa da cultura local e de seu território de mais agressões estrangeiras, assim como regulamentar o uso e ocupação do solo, o que vai ao encontro dos objetivos, programas e projetos da Organização das Nações Unidas, haja vista os objetivos do milênio.

De qualquer sorte, a realização do jogos da lusofonia em Goa propiciará oportunidade para intercâmbio entre culturas e povos. A forma como esse

³¹ Disponível em: <http://hojemacau.com.mo/?p=61736> Acesso em: 28 out.2013. Destaque acrescentado.

intercâmbio poderá frutificar e a sua potencial influência pertencem ao futuro, mas não deixam, desde já, de mostrar a importância da presença, na região, de formas de intercâmbio com o mundo lusófono e, por extensão, com a CPLP.

2.3.3. Malaca

Malaca, ou Melaka, cujo nome provém de uma árvore abundante na região (à semelhança do nosso pau brasil) é o nome de um dos estados da Malásia, em uma região da Ásia, habitada pelos portugueses desde a época dos chamados Grandes Descobrimientos. Os lusos deixaram marcas de sua passagem, inclusive na língua, ainda falada por alguns dos seus descendentes, sob a denominação de “o cristão”, fundamentalmente um português arcaico, com influência do malaio e de dialetos chineses.

Para o Malay Heritage Center (2010), o sudeste asiático oferece “*múltiplas possibilidades para o desenvolvimento de estudos culturais em contextos globais sob a especial consideração dos Direitos Humanos*”³², pois as situações complexas “*...que ali se apresentam à análise prometem resultados de interesse que transcende delimitações geográficas. O pesquisador encontra, na tomada de Malaca pelos portugueses, em 1511, com um fato de decisiva importância no desencadeamento de processos culturais causados por encontros entre o Ocidente e a Ásia oriental*”. Para Souza Pinto (1997), em texto citado nesse artigo, “*...os portugueses passaram a dispor, a partir de 1511, de uma das mais importantes cidades mercantis de todo o Oceano Índico, o que alargou consideravelmente os horizontes do então embrionário Estado da Índia. Malaca era a chave do acesso a duas regiões principais: o Extremo Oriente, de onde provinham as sedas e porcelanas chinesas, sobretudo, as ilhas da Insulíndia Oriental, de onde provinham diversas especiarias e outros produtos exóticos. Após a conquista portuguesa, Malaca estava destinada a prolongar a anterior função do sultanato malaio: uma espécie de ‘porta giratória’ comercial do Índico, mantendo a capacidade de atração das principais comunidades mercantis*”³³.

Com procedência, ressalta-se, no documento do Malay Heritage Center³⁴:

³² Afonso de Albuquerque, “O Grande” (1453-1515) e a conquista de Malaca (1511) no campo de tensões entre o Cristianismo e o Islão Questões de interpretação de ato da história diplomático-cultural no contexto Sudeste da Ásia-Portugal Ciclo Direitos Humanos, Estudos Culturais e História Diplomático-Cultural” da A.B.E. Preparatórias à passagem dos 500 anos da tomada de Goa e de Malaca pelos portugueses. Revista Brasil-Europa - Correspondência Euro-Brasileira 127/2 (2010:5) Prof. Dr. A.A.Bispo, Dr. H. Hülkath (editores) e Conselho Científico Disponível em: <http://www.revista-brasil-europa.eu/127/Afonso-de-Albuquerque.html> Acesso em: 28 out. 2013

³³ Paulo Jorge de Sousa Pinto, “Capitães e casados. Um retrato de Malaca nos finais do século XVI”, Oceanos 32, outubro-dezembro 1997, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 47-60, 47, apud Revista Brasil-Europa-Correspondência Euro-Brasileira 127/2, artigo citado na nota anterior.

³⁴ Mesmo artigo referenciado na nota 11.

Devido às circunstâncias históricas da conquista de Goa e Málaca, o estudo desses fundamentos de processos históricos é privilegiadamente da alçada daqueles que se dedicam a complexos temáticos relacionados com Portugal e com as culturas resultantes das ações lusas à era dos Descobrimentos. Pertence, assim, à história do Brasil nos seus primórdios, que havia sido descoberto apenas uma década antes daquelas conquistas.

A consideração das ações portuguesas na Índia e no Sudeste Asiático permite que se enquadre mais adequadamente o início da história do Brasil em contexto global dos objetivos, das aspirações, dos motivos, das estratégias e do modo de procedimento dos portugueses.

A história da ação portuguesa no Sudeste Asiático, já tratada sob diversos aspectos e que conta com considerável bibliografia, possibilita ainda novas aproximações.

As relações entre os europeus e essa região apresenta radicais modificações no decorrer dos séculos, mudanças essas vinculadas a transformações políticas internas e de poderio econômico na Europa nos seus elos com o comércio marítimo mundial.

Da continuidade da análise e alertas feitos nessa matéria, pode-se extrair importante alerta em relação ao papel potencial a ser desempenhado pela CPLP, enquanto comunidade multiétnica e multifacetada: *Perspectivas não-européias dos desenvolvimentos apenas aos poucos passam a ser consideradas. Elas dizem respeito não apenas a memórias dos vários grupos de imigrantes não-malaios do século XIX que passaram a constituir grande parte da população multiétnica e multicultural da região, mas sim, também, à de malaios, que podem basear-se numa continuidade histórica, apesar das múltiplas transformações.*³⁵

A relevância do papel a ser desempenhado, hoje, na comunidade das nações, está, também, diretamente relacionada à sua possibilidade de desenvolver, a respeito, estudos e pesquisas sérios e continuados, o que poderá ser potencializado se somar seus esforços aos de outras instituições internacionais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, no sentido de que a herança advinda dos séculos de domínio português sejam resgatados e, no sentido da preservação de diversidade cultural, mantidos. Ademais, o papel da língua portuguesa, nos dias de hoje, contrariamente ao que aconteceu no início da era dos descobrimentos, passa a ser aquele de consolidação dos valores democráticos e de respeito à multietnicidade e à multiculturalidade, essencial para a consolidação de um concerto global multipolar.

³⁵ Id, ibidem.

2.3.4. Diu e Damão

Diu e Damão foram parte do Reino Lata entre os séculos II e XIII e estão localizados na área costeira do mar da Arábia. Essa região integrava Goa, que ficou sob o domínio português a partir do século XVI, por 450 anos, entre 1510 e 1961. Em 19 de dezembro de 1961, assim como Goa, integrou-se à Índia.

Em 1987, quando Goa passou à condição de estado da República da Índia, Diu e Damão passaram a constituir dois distritos de um território independente da República da Índia, o segundo menor deles.

As línguas oficiais do território são marathi, indu , gujarati e inglês, sendo gujarati a mais falada, inclusive porque o perfil sociocultural desse território em muito se assemelha ao estado indiano vizinho, Gujarati, que é descendente do sânscrito.

A utilização do português está em declínio nessa região, onde não mais é ensinado nas escolas, muito embora possa ser compreendido pelos idosos, muitos dos quais preferem-no como língua doméstica. Paralelamente ao português padrão, há duas formas de português crioulo lá utilizadas, mas em franco declínio, que são conhecidos como a “Língua da Casa” e a “Língua dos Velhos”.

O inglês. Todavia, é a língua avassaladoramente utilizada para propósitos comerciais e oficiais.

A tendência evidente é que a tradição lusa da região seja erradicada e absorvida pela língua e cultura predominantes, com forte influência anglo-saxã.

Quatrocentos e cinquenta anos de história tendem a desaparecer.

3. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA LUSOFONIA NA ÁSIA

No entender de José Palmeira³⁶, o critério regional “... é muitas vezes seguido na distribuição de lugares nas organizações internacionais que compõem o sistema das Nações Unidas. O mesmo acontece com os grandes espaços linguístico-políticos que tal como a Commonwealth e a OIF procuram que os seus membros tenham representatividade nas cúpulas desses organismos. Também neste domínio, onde o lóbi geopolítico tende a funcionar, a CPLP pode ter um papel”. Cita, como exemplo, o caso do Timor-Leste, pequeno país do sudeste asiático, advindo de sangrenta guerra civil, entalado entre dois gigantes econômicos e políticos, Austrália e Indonésia, que encontra, na língua (portuguesa) e na religião (Católica) elementos “de identidade num contexto de ameaça à sua afirmação nacional”, ainda que o número de falantes de português no território timorense seja residual (6%, aproximadamente). Para o autor, o fato de o português ser idioma oficial do país,

³⁶ Op. cit., vide nota 5.

paralelo ao tétum, tende a reforçar a identidade timorense, num espaço regional cuja influência é disputada por indonésios e australianos: a Indonésia, que ficou sem o Timor, do ponto de vista político, busca a estratégia econômico-cultural.

É oportuna a análise, que esse autor faz, a respeito tanto da importância geoestratégica da participação dos pequenos e novos países asiáticos nos blocos econômicos de sua região geográfica, quanto da busca de uma diversidade de parcerias estratégicas, aspecto em que a língua portuguesa, falada na região, pode ser instrumento fundamental:

Nos planos geopolítico e geoestratégico é do interesse de Timor-Leste a aproximação aos blocos regionais da sua área de influência, designadamente a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)³⁷ – que poderá integrar em 2012 - e o Fórum das Ilhas do Pacífico.³⁸

O multilateralismo favorece os países com menores recursos, uma vez que não ficam dependentes de uma única hierarquia de potências (como resultaria se Timor-Leste se confinasse a um único desses blocos), o que lhe confere maior autonomia estratégica.

A participação do novel Estado na CPLP reforça o seu poder regional, uma vez que entre os parceiros lusófonos se contam países com elevado potencial (como Brasil e Angola) ou que integram blocos influentes (caso de Portugal na União Europeia). Por seu turno, Timor-Leste dá profundidade estratégica à CPLP que alarga o seu raio de influência ao sudeste asiático e à Oceânia. Do ponto de vista geopolítico, a teoria clássica da pan-região euro-asiática tem projecção na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE), ASEAN, China, Coreia do Sul e Japão (Asia-Europe Meeting – ASEM) que reúne algumas das mais prósperas regiões do mundo e onde, para além de Portugal (UE), também Timor-Leste poderá vir a ter assento via ASEAN.³⁹

Nesse sentido, talvez, a preocupação do Timor-Leste em reforçar os laços lusófonos na região e reforçá-los onde parecem fragilizados. A participação, por exemplo, de Timor e Goa mais amiúde em projetos conjuntos, no âmbito, por exemplo, da

³⁷ A ASEAN foi fundada em 1967, em Bangkok, pela Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura e Tailândia, tendo posteriormente aderido Brunei (1984), Vietnam (1995), Laos e Myanmar (1997) e Camboja (1999), num total de dez Estados membros. Timor-Leste participa como observador.

³⁸ O Fórum das Ilhas do Pacífico foi fundado em 1971 pela Austrália, Ilhas Cook, Fiji, Nauru, Nova Zelândia, Togo e Samoa. Mais tarde juntaram-se a Micronésia, Kiribati, Niue, Ilhas Marshall, Palau, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Tuvalu e Vanuatu, totalizando dezesseis Estados membros. Timor-Leste tem o estatuto de Observador Especial desde a sua fundação (2002).

³⁹ . PALMEIRA, op. cit. As notas de rodapé inseridas na citação são do autor, p.43. Grifos meus.

CPLP, poderá, através de múltiplas formas de intercâmbio, servir para a difundir cultura local.

Ademais, se o português eventualmente deixar de ser falado em Goa, não apenas parte da riqueza cultural dos habitantes de Goa de origem portuguesa será dissipada, como estarão mais isolados os outros Estados lusófonos.

O intercâmbio entre as duas regiões, ao mesmo tempo em que estará contribuindo para a diversidade histórico-cultural da região, teria a vantagem adicional de dar a ela maior visibilidade externa, seu potencial e problemas, em um mundo cada vez mais globalizado, no qual se impõe procurar parcerias cooperativas.. Formas sustentáveis e equilibradas de intercâmbio socioambiental e cultural poderiam surgir sob a forma de um infindável número de ações.

As considerações feitas neste trabalho, conquanto meramente exemplificativas, já denotam a importância desse agir regional da CPLP, organização que tem, entre seus princípios estatutários, nos termos do Artigo 5º de seus Estatutos, *o respeito pela identidade nacional dos Estados membros* (alínea c) e *o primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social* (alínea e), assim como, entre seus objetivos, nos termos do Artigo 3º, alínea b, *a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social*, fatores não apenas essenciais, mas indispensáveis à consolidação do estado democrático de direito.

O fato concreto é que, a língua portuguesa, outrora instrumento escravizante para as populações autóctones afro-asiático-americanas, resgata, no presente, seu *desideratum*, tornando-se veículo de educação para a liberdade. A propósito, a expressão automaticamente remete o leitor ao livro e ao conjunto da obra de Paulo Freire, cuja pedagogia bem poderia ser o mote inspirador da difusão educacional no âmbito da CPLP).

A cooperação educacional, assim, se devidamente estimulada, poderá tornar-se fator da maior relevância, aspecto no qual cresce o papel potencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará, criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011.

A Unilab tem, do ponto de vista legal, como objetivo, *“ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos,*

*bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional*⁴⁰ Conquanto essa universidade tenha sido criada prevendo cooperação preferencial com países africanos, conforme denota o seu próprio nome, é seu objetivo estatutário **a cooperação e interação no âmbito da CPLP como um todo**. Nada mais adequado, portanto, do que serem estabelecidos também programas específicos de cooperação, capacitação e pesquisa dirigidos às regiões lusófonas da Ásia, de modo especial o Timor Leste, que é Estado membro da CPLP.

Nada impede, todavia, que seja aberto um leque de ação universitária para incluir atividades direcionados às outras regiões lusófonas que tenham interesse nesse intercâmbio, enquanto reforço tanto da difusão da língua, enquanto fator de identidade e integração, como em outras áreas que auxiliem na promoção de práticas democrático-culturais que se possam encaixar no objetivo previsto no Artigo 3º dos Estatutos da CPLP: *a promoção da concertação político-diplomática entre os participantes em matéria de relações internacionais, assim como a cooperação em todos os domínios, inclusive educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social*. Nesse sentido, bem vindos seriam projetos que, ao promover o intercâmbio em língua portuguesa, com o concurso, por exemplo, do Instituto Internacional de Língua Portuguesa; também promovessem valores democráticos e práticas de responsabilidade e participação social, assim como pesquisas nas área consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável das regiões interessadas.

Talvez, inclusive, seja possível pensar em credenciar a Unilab, formalmente, como instituição educacional observadora da CPLP e, mesmo, como institucional educacional que abrigue programas e projetos de pesquisa e de intercâmbio propiciados e financiados pela própria CPLP, no sentido de que seja estimulada maior cooperação intercontinentais, inclusive com intercâmbio e participação de docentes dos Estados membros participantes, desenvolvendo-se projetos de pesquisa conjuntos para aprimoramento educacional dos Estados partes, propiciando a integração e interação América-África-Ásia-Europa para o desenvolvimento de pesquisa acadêmica de excelência, voltada às soluções dos problemas intrarregionais, por meio das várias possibilidades que se podem descortinar para estudos de caso e trabalhos de campo visando a um melhor equacionamento de problemas regionais.

Certamente, do ponto de vista de intercâmbio e aprendizado recíproco, ter-se-ia muito a lucrar com uma participação mais ativa, no âmbito da CPLP, tanto da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, quanto, inclusive, de Goa, pequeno Estado da costa oeste da Índia.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/unilab-institucional/> Acesso em: 22 out. 13 Negrito acrescentado.



A ênfase, todavia, que se deseja dar à Unilab, em face dos preceitos e da estrutura sobre a qual está alicerçada, é aditiva e, de forma alguma, excludente de quaisquer outras instituições.

Vê-se, nela, todavia, a possibilidade de se transformar em pólo irradiador de programas e projetos educacionais os mais diversos, com as demais instituições de ensino e pesquisa dos países participantes, através de uma verdadeira *cruzada* educacional, nesse sentido e na perspectiva paulo-freiriana, *desbravadora*.

Limites não há para a possibilidade de *grandes descobrimentos* na esfera da educação, ciência e cultura. Em conjunto com a UNESCO, uma gama infinita de programas e projetos de resgate histórico, inclusão social e difusão dos valores democráticos e da cidadania poderia ser empreendida, em que o ponto de partida seja o respeito à diversidade cultural, servindo de contraponto a qualquer homogeneização. Cresce, também, em importância o intercâmbio de boas práticas administrativas dos Estados partes da CPLP. Nesse sentido, quanto maior e melhor for o diálogo parlamentar, mais eficaz poderá ser o intercâmbio relativo a projetos de inclusão social, melhor a sua possibilidade de serem replicados no contexto do conjunto dos países da CPLP.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é veículo de uma multifacetada forma de interação sul-sul e sul-norte (ou norte-sul) em que a linha da costura é a língua portuguesa Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, além do Timor-Leste “*onde o português retorna nas asas da liberdade*”, reúnem-se “*para estreitar o colar cultural que nos une a partir da solda histórica que é a língua culta e bela, levada pelas naus lusitanas aos quatro cantos do mundo*”⁴¹

A língua portuguesa se fez presente, a partir da era dos descobrimentos, nos idos de 1500, em regiões da Ásia, consolidando-se e lá tornando-se língua viva, tanto no Timor-Leste, falada por 20% da população, quanto na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, falada por 4% da população, e em Goa, Diu e Damão, estado e território da República da Índia, onde o número de falantes, que é pequeno, têm decrescido e apresenta tendência a desaparecer, considerando-se que há outras línguas regionais e, também, em face da influência anglo-saxã na Índia, onde a língua de negócios e a língua oficial usualmente utilizada é o inglês, tornando-se o português uma língua falada em casa (a chamada *Língua da Casa* ou, então, a *Língua dos Velhos*). Para a Unesco, “*conquanto seja amplamente aceito que a degradação do ambiente natural, em particular de habitats tradicionais, acarretem uma perda cultural e de diversidade linguística, novos estudos sugerem que a perda linguística, por sua vez, tem um impacto negativo na conservação da biodiversidade*”⁴².

No Timor-Leste, o português é uma das línguas oficiais do país, desde a sua independência em 2002, apesar de ter sido feroz e cruelmente combatida durante a invasão indonésia, quando foi banida, passando a ser razão para tortura e morte violentas e sumárias, voltando a ser adotada após a independência do país.

Conquanto enfrentando as consequências do período de duas décadas e meia em que a língua portuguesa foi violentamente banida e sendo hoje falada por apenas 20% da população, a sua utilização e ensino do português ressurgem, como sinônimo de reconquista dos valores que permearam a luta pela independência no Timor, como elo de identidade nacional e de inserção na comunidade internacional lusófona, muito embora esteja o Timor geograficamente situado em uma região do globo em que a língua comercial e de negócios seja o inglês. A sua inserção na CPLP, todavia, reforça um concerto internacional multipolar também na região e abre um leque de participação comercial e

⁴¹ REBELO, Aldo. Preâmbulo. Fórum dos Parlamentos da Língua Portuguesa (4:2005:Brasília)

⁴² Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/endangered-languages/biodiversity-and-linguistic-diversity/> Acesso em: 28 out. 2013 Minha a tradução.

cultural diferenciado para o país, enquanto membro da comunidade, abrindo-lhe cenários de cooperação internacional que se alicerçam em raízes culturais que lhe são familiares.

A Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, conquanto tenha pequeno número decrescente de falantes de português (apenas 4%), tem o português como uma de suas línguas oficiais, seu ensino é estimulado e, aparentemente, a República Popular da China, que junto com a África do Sul, Brasil, Índia e Rússia faz parte do chamado grupo dos BRICS, vê com simpatia uma eventual adesão dessa região administrativa especial à comunidade, em face, também, do mercado potencial por ela representado.

Oportuno, nesse aspecto específico, lembrar que, no que tange ao comércio entre os países da CPLP, matéria veiculada na imprensa angolana na qual se afirma que “[...]as trocas comerciais entre os países da CPLP [...] são pouco expressivas comparadas com o comércio que fazem com o resto do mundo. O comércio anual entre os países da CPLP [...] é de aproximadamente 13 mil milhões de dólares, enquanto o total das trocas comerciais com o resto do mundo é superior a 590 mil milhões [...]”⁴³ Uma potencial entrada de Macau na comunidade (ou seja, da China) e de Goa (ou seja, da Índia) tenderia a dar significativa reviravolta nessas estatísticas, até pela visão estratégica que têm esses países em relação ao potencial econômico representado pela CPLP.

Ademais, para a China, a utilização do português terceira língua mais falada no Ocidente, e a sua presença no mundo lusófono ou no mundo de origem latina, pode ter importante papel estratégico, vez que se trata de idioma muito menos complexo do que o próprio mandarim ou as demais línguas faladas na China. Portanto pode-se conjecturar que, para a China, a utilização e o ensino do português em regiões do seu território onde ele existe, assim como a participação na CPLP através de Macau, tenham importância estratégica.

Do ponto de vista formal do Direito Internacional Público, quem detém a personalidade jurídica internacional para a entrada de Macau (que é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China), é a própria China, muito embora, nos termos do instrumento internacional de transferência de Macau de Portugal para a China haja uma cláusula que permita a celebração de atos internacionais pela Região Administrativa Especial de Macau. Todavia, ainda que haja uma possibilidade, Macau não tem a personalidade internacional de um Estado nacional e dificilmente tomará essa atitude sem a anuência do governo central chinês que tem, em um ou outro momento, dado indícios de ser simpático a essa adesão.

No caso de Goa, que é um estado da República da Índia, a situação não tem essa brecha jurídica que há no caso de Macau. Quem detém a personalidade para a

⁴³ Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34231/angola-quer-parceria-estrategica-para-mobilizar-mais-investimentos> Acesso em: 29 out.2013

celebração de atos internacionais é a República da Índia, à qual Goa está subordinado. O uso da língua portuguesa em Goa, como língua materna, vem decrescendo, vez que as línguas que predominam nas relações comerciais e institucionais são o inglês e as línguas utilizadas na Índia. O português é falado por pequena parcela da população, sendo considerado “a Língua de Casa” ou “a Língua dos Velhos”. Parece estar em curso, na região, um processo acelerado de aculturação indiana. Ademais, o inglês passa a preponderar, como língua de comunicação oficial e comercial.

Goa tem pleiteado um status diferenciado enquanto região administrativa especial ao governo central da Índia que, todavia, não se tem preocupado com esse pleito

Nesse sentido, vale o alerta feito por Aldo Rebelo: “*A desnacionalização idiomática não é um fenômeno estritamente linguístico, isolado dos fatos sociais e econômicos. É um instrumento de dominação, de conquista, de substituição da cultura e de controle da economia e da política. É uma baioneta do General Comércio. A defesa do idioma é, portanto, um projeto político superior*”⁴⁴.

⁴⁴ Op. cit, final do preâmbulo.